

Investigando o Uso e a Apropriação de Praças do Interior Mineiro por Adolescentes

Gleidson Jordan dos Santos¹

¹Universidade Federal de São João del-Rei,
São João del-Rei, MG, Brasil.

Larissa Medeiros Marinho dos Santos¹

¹Universidade Federal de São João del-Rei,
São João del-Rei, MG, Brasil.

Laura Santana Marques¹

¹Universidade Federal de São João del-Rei,
São João del-Rei, MG, Brasil.

Pedro Luiz Rocha Rodrigues¹

¹Universidade Federal de São João del-Rei,
São João del-Rei, MG, Brasil.

Resumo: Este estudo apresenta os resultados de uma Inserção Ecológica em praças públicas localizadas no interior de Minas Gerais, cujo objetivo foi observar e compreender como ocorre o uso desses espaços por adolescentes, bem como analisar a possibilidade de desenvolvimento do protagonismo juvenil. Ao longo da pesquisa, foram realizadas visitas regulares aos locais investigados e conduzidas entrevistas semiestruturadas com os jovens envolvidos. Os achados revelam que, apesar do avanço tecnológico e das ferramentas de virtualização dos relacionamentos sociais, ainda é possível identificar a presença ativa de adolescentes nos espaços pesquisados. Essa constatação contrapõe a suposição de que os jovens estariam cada vez mais distantes dos ambientes físicos, devido ao domínio das interações virtuais. Traz uma breve discussão acerca das questões interseccionais que permeiam o contexto desses jovens, considerando aspectos como gênero, raça e classe social. A partir desse enfoque, foi possível compreender os desafios enfrentados por eles no processo de apropriação desses espaços. Outro aspecto relevante que emergiu da pesquisa foi o desconhecimento por parte dos adolescentes sobre as possibilidades de protagonismo juvenil que poderiam ser desenvolvidas a partir da apropriação desses lugares. Essa constatação aponta para a importância de promover a conscientização e o empoderamento dos jovens, para poderem exercer um papel ativo na transformação e no uso desses ambientes. Dessa forma, os resultados ressaltam a importância de valorizar e incentivar a presença e a participação dos adolescentes nos espaços públicos, reconhecendo-os como agentes de mudança e fomentadores do protagonismo juvenil.

Palavras-chave: Adolescência, Inserção Ecológica, Psicologia Ambiental, Praças Públicas, Cidades do Interior.

Investigating the Use and Appropriation of Squares in the Interior of Minas Gerais by Teenagers

Abstract: This study describes the results of an ecological insertion in public squares in inner Minas Gerais to observe and understand how teenagers appropriate these spaces and analyze the possibility of developing youth leadership. This research regularly visited the investigated locations and carried out semi-structured interviews with the young people involved. Findings show that, despite technological advancements and the virtualization of social relationships, it is still possible to identify the active presence of teenagers in the researched spaces. This contradicts the assumption that young people are increasingly distant from physical environments due to the dominance of virtual interactions. This study briefly

discusses the intersectional issues that permeate the context of these young people, considering aspects such as gender, race, and social class. This approach enabled the understanding of the challenges they face appropriating these spaces. Another relevant aspect that emerged from this research refers to the lack of awareness among teenagers about the possibilities of youth leadership that could be developed by appropriating these places. This finding highlights the importance of promoting awareness and empowerment among young people so they can play an active role in transforming and using these environments. Therefore, these results stress the importance of valuing and encouraging the presence and participation of teenagers in public spaces, recognizing them as agents of change and promoters of youth leadership.

Keywords: Adolescence, Ecological Insertion, Environmental Psychology, Public Squares, Inland Cities.

Investigando el Uso y Apropiación de Plazas en el Interior de Minas Gerais por Parte de Adolescentes

Resumen: Este estudio presenta los resultados de una Inserción Ecológica en plazas públicas ubicadas en el interior de Minas Gerais, cuyo objetivo fue observar y comprender cómo ocurre la apropiación de estos espacios por parte de los adolescentes, así como analizar la posibilidad de desarrollar el protagonismo juvenil. A lo largo de la investigación, se realizaron visitas regulares a los lugares investigados y se llevaron a cabo entrevistas semiestructuradas con los jóvenes involucrados. Los hallazgos revelan que, a pesar del avance tecnológico y las herramientas de virtualización de las relaciones sociales, aún es posible identificar la presencia activa de los adolescentes en los espacios investigados. Esta constatación se contrapone a la suposición de que los jóvenes estarían cada vez más alejados de los entornos físicos debido al dominio de las interacciones virtuales. Se plantea una breve discusión sobre las cuestiones interseccionales que impregnán el contexto de estos jóvenes, considerando aspectos como el género, la raza y la clase social. A través de este enfoque, fue posible comprender los desafíos que enfrentan en el proceso de apropiación de estos espacios. Otro aspecto relevante que surgió fue el desconocimiento por parte de los adolescentes sobre las posibilidades de protagonismo juvenil que podrían desarrollarse a partir de la apropiación de estos lugares. Este hallazgo señala la importancia de promover la concientización y el empoderamiento de los jóvenes para que puedan desempeñar un papel activo en la transformación y uso de estos entornos. Por lo tanto, los resultados enfatizan la importancia de valorar y fomentar la presencia y participación de los adolescentes en los espacios públicos, reconociéndolos como agentes de cambio y promotores del protagonismo juvenil.

Palabras-clave: Adolescencia, Inserción Ecológica, Psicología Ambiental, Plazas Públicas, Ciudades del Interior.

Introdução

A construção de espaços públicos nas cidades é geralmente pensada como a criação de locais abertos a serem frequentados por qualquer pessoa de forma voluntária e organizada enquanto público (Gomes, 2020), como para se reunir e jogar bola. Seja apenas de passagem, ou como um ambiente rotineiro, esses espaços representam oportunidades de interações e podem servir como lugar para construções e apropriações nas relações pessoa-ambiente. Para Günther, Pinheiro e Guzzo (2006), a Psicologia Ambiental visa investigar esses processos, estudando aspectos sociais e individuais das interações entre o sujeito e o espaço que o circunda,

bem como sua apropriação. Os autores apontam que esses espaços informais, ou seja, aqueles não institucionalizados, são os ambientes onde as pessoas mais se relacionam na maior parte de suas vidas, inclusive os jovens.

Conforme Pinheiro (1997), o crescimento populacional e a consequente urbanização desenfreada tendem a levar a uma crise ambiental, o que faz com que seja necessário pensar em soluções para haver um desenvolvimento sustentável do ambiente. Para o autor, a degradação do ambiente interfere profundamente nos processos psicológicos e na percepção das pessoas sobre si mesmas e seu entorno, por isso, o ambiente físico necessita ser estudado junto a sua

dimensão social e considerando seus atributos simbólicos (Pinheiro, 1997).

Uma questão que precisa ser pensada, e que não é recorrente na construção desses ambientes interacionais, diz respeito a como eles são planejados e construídos. Se eles são feitos para os moradores, deveriam ser desenvolvidos junto a eles. Tendo como cerne a ideia de que há participação social na construção dos espaços públicos desde sua constituição física quanto representacional e simbólica, é possível refletir sobre as apropriações culturais, identitárias e a representatividade política dos sujeitos envolvidos nesses processos constitutivos da individualidade. Para os jovens, espaços como estes contribuem para o enfrentamento de dificuldades e perspectivas de futuro devido ao apoio social estabelecido nas relações entre pares. A juventude é a própria representação da transformação, uma vez que essa fase de desenvolvimento é marcada por um constante processo de contestação e renegociação com as questões relacionadas à vida coletiva (Alves, Oliveira, & Chaves, 2016).

Quando se fala em participação social, é impossível dissociá-la da cidadania, abordada por Corrêa (2003) nas dimensões jurídica e política. Para o autor, as pessoas são reconhecidas como sujeitos de direitos e deveres por meio de seu vínculo com uma comunidade político-estatal. Destarte, entende-se a cidadania como um processo de construção do acesso aos espaços públicos. Outra questão levantada por ele se refere à perda das identidades que ocorrem quando não há espaço para exercê-la. Para Alves et al. (2016), a cultura é compreendida como um universo estratégico para intervir na vida social, sendo as atividades culturais momentos propícios para resistência e luta, almejando o desenvolvimento de atores sociais enquanto agentes de mudanças socioculturais.

Fleury (2006) também levanta importantes questões jurídicas e políticas relacionadas aos movimentos de participação social e construção da cidadania. Ela ressalta as dificuldades existentes relacionadas aos embates envolvendo os interesses políticos e sociais. Se a representação social é importante para as pessoas serem ouvidas e, consequentemente, poderem auxiliar na construção de políticas públicas, a urbanização acelerada criou redes urbanas tão amplas quanto desiguais, intensificando conflitos de interesses sociais e políticos. Isso exige que as pessoas entendam seu lugar, convergindo seus interesses com os dos demais atores sociais, sendo uma tarefa

em espaços públicos as definições democráticas das melhores soluções para os indivíduos em consonância com seu ambiente. Segundo Alves et al. (2016), a mudança de atitude promovida em um coletivo frente a um problema social demonstra uma mudança nos próprios sujeitos.

Para os autores, os jovens¹ são muitas vezes marginalizados pelo poder público e em algumas situações acabam sendo colocados como problemas sociais. Atrelado a isso, há uma visão de que o adolescente não desenvolveu ainda, nessa fase da vida, uma competência crítica, social e política. Com isso, a voz deles deixa de ser ouvida, tendo seus anseios e desejos negligenciados, sobrando pouco ou nenhum espaço para sua representatividade. Nesse sentido, não é possível que um espaço, que não seja pensado por eles, atenda suas demandas individuais e coletivas, havendo uma dificuldade de adaptação e de sentimento de pertencimento a esses lugares que são tão significativos para seu desenvolvimento. Souza (2009) identifica o protagonismo juvenil como um processo no qual os atores sociais estabelecem relações de negociação enquanto realizam atividades que beneficiam a eles mesmos e aos outros na construção ou reconstrução de um coletivo.

As cidades do interior, focos deste estudo, tendem a ser menos exploradas em pesquisas, ficando os adolescentes dessas regiões tão distintas à mercê das comparações estatísticas com grandes centros urbanos, considerando que as comparações qualitativas são pouco exploradas na literatura. É importante considerar as particularidades desses ambientes, buscar conhecer os envolvidos e impulsionar o protagonismo dos jovens frente a processos de transformação social. Uma das ferramentas para esse processo é a Inserção Ecológica embasada no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, aqui ela servirá como metodologia básica para explorar essas demandas e embasar propostas de participação juvenil para a construção de espaços físicos e simbólicos nessas cidades.

¹ Apesar dos debates existentes no campo da adolescência e da juventude (Barbosa-Silva, Pereira, & Ribeiro, 2021), devido às características do público participante, optamos pela classificação legal brasileira. O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) classifica como jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069/1990) indica como adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos.

O objetivo principal deste trabalho foi investigar o processo de participação de jovens na construção de espaços físicos e simbólicos, incluindo as formas de se relacionarem com esses espaços, em cidades do interior do estado de Minas Gerais. Parte da proposição de que os adolescentes, apesar do avanço das ferramentas de imersão tecnológica proporcionado pelas mídias sociais, ainda frequentariam as praças e que esses espaços públicos poderiam emergir como potenciadores dos processos de participação e desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Os estudos encontrados em revisão sistemática por Santos e Santos (2022) revelaram a diversidade de pesquisas envolvendo adolescentes e a Psicologia Ambiental. Foi possível perceber que a maioria dos estudos tratava os jovens de menor idade como crianças, reforçando a ideia de dependência e pouco espaço de escuta de seus anseios, enquanto os mais velhos eram tratados como adultos, demonstrando pouco espaço para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Outro resultado relevante desta revisão apontou para a potencialidade do uso da Psicologia Ambiental somada a abordagens sociointeracionistas ou ecológicas, destacando o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano desenvolvido por Urie Bronfenbrenner e colaboradores, no que tange ao estudo integral da interação pessoa-ambiente-contexto.

O Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano

Antes de entender o impacto que a Participação Social possui sobre os adolescentes e como a Inserção Ecológica se conecta com a relação pessoa-ambiente, é necessário conhecer os fundamentos dessa metodologia. Conforme Bronfenbrenner (1979), Bronfenbrenner e Crouter (1983), e Bronfenbrenner e Morris (2006), o Modelo Bioecológico é uma evolução do sistema teórico para o estudo do desenvolvimento humano ao longo do tempo, definido como o fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Ele refletiu seu trabalho inicialmente em uma forte ênfase na importância da mudança social, não apenas como uma espécie de chave para compreender as origens dos padrões contemporâneos de desenvolvimento, como também para contribuir com a política e a ação social (Bronfenbrenner, 1995).

Bronfenbrenner e Morris (1998, 2006) e Bronfenbrenner (2011) afirmam que o desenvolvimento

humano ocorre por meio de processos de interação recíproca em longos períodos, o que é denominado de processos proximais. Esses processos são considerados a força motriz primária do desenvolvimento humano, sendo a forma, o poder, o conteúdo e a direção deles ao longo do tempo, produtores desse desenvolvimento. Uma proposta de pesquisa nessa abordagem deve considerar o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT) para compreender efetivamente os fatores motivacionais do desenvolvimento.

Pessoa está relacionado às constâncias e às mudanças do sujeito em desenvolvimento ao longo de sua vida, devendo-se considerar suas características como suas convicções, temperamento, nível de atividades, suas metas e motivações. Processo se relaciona às ligações entre os diferentes níveis, constituído pelos papéis e atividades diárias do sujeito, incluindo os processos proximais. Contexto está ligado ao ambiente global no qual o sujeito se encontra e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento, abrangendo tanto os ambientes mais imediatos quanto os mais remotos, que se relacionam e conseguem influenciar o curso de desenvolvimento. Por fim, Tempo, no modelo bioecológico, é entendido como o desenvolvimento no sentido histórico, que tem em vista como ocorrem mudanças no decorrer do tempo devido às pressões externas sofridas pela pessoa em desenvolvimento, podendo citar como exemplos eventos familiares ou mudanças culturais ao longo dos anos que influenciam o curso de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979; Bronfenbrenner & Crouter, 1983; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 2006).

Por essa proposta de pesquisa se tratar da relação pessoa-ambiente, conceito chave para a Psicologia Ambiental (Günther et al., 2006), e em sua relação com o desenvolvimento humano presente no Modelo Bioecológico, optou-se pela Inserção Ecológica (Koller, 2016) como método de investigação. Atrelado a isso, um dos principais norteadores deste estudo, ou melhor, objeto de interesse da pesquisa, é a Participação Social e consequentemente sua relação com o desenvolvimento de adolescentes.

Participação Social, Psicologia Ambiental e suas contribuições para o Desenvolvimento Humano

Moser (2018) apresenta a contribuição das representações sociais como fundamentais para a Psicologia

Ambiental. Nesse contexto, o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano encontra-se num Paradigma Sociocultural. Para o autor, o ambiente fornece sentido e identidade, situando o sujeito pessoal, social, econômica e culturalmente. Essas representações são consideradas modalidades de conhecimentos compartilhados por um grupo social, que permitem a gestão das relações sociais, a interpretação e controle do ambiente, além de poder, servir como justificativa para comportamentos e posicionamentos (Moser, 2018). Há então uma abertura para um campo de oportunidades de construção social, sejam elas espontâneas ou encorajadas (Moser, 2018), havendo espaço para a investigação das possibilidades de desvendar ou emergir o Protagonismo juvenil.

Conforme Moser (2018), o cerne da Psicologia Ambiental é o estudo da pessoa em relação com o ambiente, incluindo as relações com outras pessoas implicadas nele. Possui objetivos científicos, instrumentos teóricos e metodológicos específicos, estudando conjuntamente comportamentos e cognições relacionados ao ambiente em suas dimensões físicas e sociais. Suas teorias são embasadas em contatos ou fatos colocados em evidência no campo de pesquisa (Moser, 2018). Mais especificamente dos espaços estudados podemos destacar os estímulos do ambiente e as formas particulares das pessoas de se relacionar com eles, o que pode ser resumido com o termo “*affordance*” cunhado por Gibson (1977), que ainda não possui uma tradução para o português de uma forma que contemple toda sua definição.

A Participação Social possui grande potencial no que Moser (2018) chama de comunidades integrais, nomenclatura destinada às relações comunitárias estabelecidas em bairros ou cidades pequenas. Nestes locais é possível existir uma identificação das pessoas com a comunidade, havendo numerosas interações sociais, nas quais os sujeitos exercem interesses políticos que transcendem a comunidade proximal, ou seja, se preocupam também com os contextos sociais circundantes e externos. Esse maior engajamento pode ser responsável por despertar o Protagonismo Social. É importante que a estrutura desses ambientes permeie a noção de proximidade, essa que tem uma função importante na apropriação da cidade pelas pessoas. Esse processo pode ser barrado por desigualdades físicas e socioeconômicas de acesso a esses espaços. Dentro os obstáculos ambientais é possível citar a distância, a insalubridade, a falta de adaptação para

pessoas com deficiência, dentre outros que possam impedir que os sujeitos frequentem esses ambientes. A identidade está intimamente ligada à afeição e identificação que os sujeitos têm com os lugares (Moser, 2018).

Para Pol (1996), o conceito de apropriação é amplo e pode ser compreendido a partir de diferentes enfoques. O autor enfatiza o modelo dual que indica que a apropriação pode se dar por ação-transformação (um comportamento mais primário e manifesto em relação ao território) e/ou identificação simbólica (relacionado a aspectos simbólicos que levam à identificação com o espaço), sendo que esses modelos se retroalimentam. Conforme Gonçalves (2007), o ambiente enquanto contexto permite sua apropriação, incluindo seus simbolismos e o desenvolvimento da identidade social. Essa relação das pessoas com o ambiente possui uma dimensão vivenciada, que trata das experiências que se tem neste local, e simbólica, nas quais entram as representações mentais que aquele local proporciona para as pessoas. Para a autora, a apropriação funciona como um processo de identificação no qual a pessoa pode apropriar-se do espaço, deixando sua marca. Consequentemente ela o transforma dando início a um processo de reapropriação constante.

Atrelado à ideia de Participação Social na construção de espaços, está o conceito de controle. Segundo Moser (2018), ambientes indesejáveis ou inadequados são percebidos pela pessoa como um obstáculo que a impede de atingir seus objetivos, representando uma forma de restrição, produzindo reações emocionais negativas ligadas ao sentimento de perda de controle das situações. Quando a pessoa sente que seu modo de agir a permite atingir um objetivo, ela pode enxergar a situação como controlável. Quando não se consegue alcançar essa realização, há consequências negativas como déficits cognitivos e menor motivação para a ação (Moser, 2018).

Buscou-se nesta pesquisa explorar ambientes públicos de proximidade onde possa existir controle compartilhado com base no consenso e que sejam frequentados por jovens e adolescentes. Moser (2018) aponta que essa classificação de lugares abordada pela Psicologia Ambiental, inclui o mesoambiente ou ambiente próximo, onde há um nível interindividual e das coletividades de proximidade. São espaços compartilhados que incluem espaços semipúblicos, habitat coletivo, bairro, lugar de trabalho, parques e espaços verdes. Além desse contexto, é necessário também

considerar as influências sobre a pessoa, do contexto cultural e social, das aspirações e necessidades, da história individual e coletiva, e das projeções para o futuro (Moser, 2018).

As periferias das cidades tendem a ser espaços mal aproveitados em detrimento das regiões centrais. Para Moser (2018), o investimento, o apego e as práticas desenvolvidas no bairro variam em função da posição topográfica e social. Assim, a periferia tende a ter menos espaços atrativos, enquanto o centro não depende da situação econômica para ser atraente, sendo mais frequentado e empossado. O autor também apresenta que o desenvolvimento de aspectos positivos é maior quando há maior possibilidade de interação e consequente afeição entre os frequentadores de um mesmo ambiente.

Günther et al. (2006) afirmam que os jovens preferem estar em ambientes que não estão sendo frequentados pelos adultos. Os autores também apontam que as pesquisas levantadas por eles afirmam, em sua maioria, que os adolescentes são mais influenciados pela hereditariedade, que pela aprendizagem. Isso quer dizer que o desenvolvimento de crianças e adolescentes é mais influenciado por fatores genéticos que pelo ambiente, trazendo uma significativa discussão para o campo da Psicologia Ambiental. Por outro lado, esses trabalhos também revelam que os jovens tendem a ser vistos como agentes de seu próprio desenvolvimento e o contato com seu ambiente é visto como importante nesse processo e na formação de seus valores.

Outros aspectos de desenvolvimento positivo que podem ser destacados no âmbito de estudos da Psicologia Ambiental incluem a qualidade de vida, as necessidades humanas, a dimensão cultural, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento da subjetividade e intersubjetividade, o bem-estar social e influências no desenvolvimento cognitivo (Moser, 2018; Gonçalves, 2007; Cavalcante & Elali, 2011; Pinheiro & Günther, 2008; Günther et al., 2006).

Metodologia

Esta pesquisa dividiu-se em quatro momentos principais. O primeiro deles foi o aprofundamento teórico sobre o contexto, os ambientes a serem investigados e as possíveis interferências inesperadas que poderiam ocorrer durante o processo de desenvolvimento do estudo. O segundo envolveu a realização de um mapeamento dos vestígios ambientais e

principais comportamentos dos adolescentes nas praças selecionadas para a pesquisa com suporte de uma aluna de iniciação científica. O terceiro e quarto, com duração de um ano cada, foram desenvolvidos sequencialmente e em conjunto com estagiários do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sendo um primeiro momento de estudo e treinamento e, posteriormente, a aplicação do método de Inserção Ecológica, concluída no ano de 2022.

O mapeamento dos vestígios ambientais se refere a um método de observação naturalística no qual o investigador foca em observar e registrar os vestígios do comportamento humano no ambiente para buscar compreender o uso e ocupação de um local. Esses podem ser relacionados à deposição (como deixar lixo no local) ou à decomposição pelo uso (como desgastes do piso) (Pinheiro, Elali, & Fernandes, 2008).

Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008) definem a Inserção Ecológica como uma proposta metodológica que envolve a sistematização dos quatro aspectos-base do modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo) presentes no Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano, que tem como principal teórico Urie Bronfenbrenner. Esta proposta visa a avaliação dos processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo, dando ênfase ao ambiente, já que é onde ocorrem as interações e processos proximais (Prati et al., 2008).

A Inserção Ecológica é um método de pesquisa qualitativo desenvolvido por Koller e colaboradores, que busca estudar, principalmente, o desenvolvimento humano com base no modelo teórico de Bronfenbrenner. Conforme Koller (2016), este método implica explorar um contexto por meio de uma equipe de pesquisadores imersa nele por um tempo suficiente para poderem compreender as demandas dos indivíduos estudados. Para a autora é importante ressaltar que os pesquisadores também fazem parte do sistema estudado, assim como os demais envolvidos, sejam membros da comunidade ou participantes do estudo, bem como o próprio contexto.

Na Inserção Ecológica não é fácil apontar precisamente quais efeitos sobre o desenvolvimento serão obtidos durante a pesquisa, porém é certo que os processos proximais serão estabelecidos entre pesquisadores, participantes e demais envolvidos. Para Prati et al. (2008), esses processos se estabelecem quando todos os envolvidos se desenvolvem,

havendo reciprocidade e estabelecendo uma relação de trocas mútuas. As autoras apontam para a necessidade da criação de um contrato onde todas as partes tenham clareza dos objetivos da pesquisa, que deve ser formalizado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por se tratar de uma pesquisa que envolve adolescentes, também é necessária a assinatura pelos responsáveis legais dos menores.

Segundo Prati et al. (2008) é indispensável que os pesquisadores estejam dispostos a se integrarem com o contexto de maneira ética e comprometida. O período de inserção dos pesquisadores no campo depende dos objetivos e das demandas levantadas nas observações. São os objetivos que definirão o momento de ingresso e saída do campo e como as interações se estabelecerão. As autoras apontam também para a necessidade de reciprocidade entre participantes e é importante um período de adaptação e vinculação para o estabelecimento da Inserção Ecológica, também é imprescindível estar engajado em uma mesma atividade com os envolvidos na pesquisa, criando regularidade na interação e buscando o significado dos objetos e símbolos do contexto (Prati et al., 2008).

Contextos de pesquisa

As três praças selecionadas para a pesquisa foram escolhidas com base na experiência anterior do pesquisador em suas visitas a estes locais, na acessibilidade (transporte urbano) e na distância geográfica entre elas. A seguir serão apresentadas brevemente as praças selecionadas: Largo das Forras em Tiradentes, Praça São Sebastião em Santa Cruz de Minas e Praça da Biquinha em São João del-Rei, todas elas no interior de Minas Gerais.

Uma das características diferenciais do estudo aqui apresentado é a de que essas cidades estão localizadas no interior de Minas Gerais, uma vez que a maioria das pesquisas em Psicologia Ambiental envolvendo ambientes urbanos públicos tende a focar em cidades grandes ou metrópoles com um número de habitantes bem superior às citadas aqui (Santos & Santos, 2022). Por serem cidades com menor complexidade urbanística, há uma certa confusão nas divisões entre centros e periferias, e até mesmo a presença de zonas rurais se misturando à paisagem urbana. Santos, Lanna e Santos (no prelo) destacam a dificuldade em compreender as divisões socioeconômicas desses municípios que, apesar de terem muitas características similares,

apresentam um cosmos urbano — especificidades do contexto — bem particular, envolvendo as diferentes formas de seus moradores se relacionarem com os espaços, como as que serão apresentadas a seguir.

Localizada no centro da cidade turística de Tiradentes (MG), a praça conhecida como Largo das Forras mantém traços históricos e culturais que remontam ao período colonial (Carvalho, 2019). É considerada a principal praça de Tiradentes e um ponto de encontro de moradores, onde é possível jogar cartas, assistir apresentações culturais e descansar na sombra das árvores (Carvalho, 2019). Entretanto, pelo forte apelo turístico do município, tanto os eventos culturais quanto o próprio entorno da praça são voltados para os visitantes, havendo uma forte presença de turistas em momentos de lazer, enquanto os moradores foram vistos predominantemente exercendo alguma atividade remunerada, ou seja, compunham o grupo dos trabalhadores no entorno da praça (Santos et al., no prelo).

Já a Praça São Sebastião está localizada no Centro de Santa Cruz de Minas (MG), menor município em extensão territorial do Brasil, estando localizada entre as cidades de Tiradentes e São João del-Rei. A praça possui um coreto central, é arborizada, possui diversos canteiros elevados com jardins, espaço demarcado para a prática de esportes como vôlei e peteca e está localizada em frente à Matriz de São Sebastião, cercada por diversos pontos comerciais e pela Escola Estadual Amélia Passos. A praça é bastante utilizada como ponto de passagem já que dá acesso a diferentes pontos da cidade e está envolta por comércios, também é muito comum encontrar pessoas sentadas descansando, grupos conversando, consumo de álcool, principalmente cerveja, tabaco e sorvetes, porém não apresenta diversidade de *affordances*, limitando as atividades de lazer. Também é o local escolhido para a realização dos principais eventos abertos da cidade, incluindo festas religiosas e apresentações culturais (Santos et al., no prelo).

A Praça da Biquinha, apelido da Praça Dr. Fausto Mourão, localizada no bairro Tejucó, próxima ao centro histórico de São João del-Rei e o bairro Guarda-Mor, apresenta-se como uma das praças mais ricas em *affordances* da cidade, possuindo parquinho infantil, quadras com boa infraestrutura além de ser ponto de encontro para diversos eventos culturais da cidade, incluindo aqueles voltados para a juventude. Devido a essa riqueza, essa foi a praça mais frequentada pelos

pesquisadores, se revelando como o local mais frequentado, dentre os três selecionados, por adolescentes.

É importante ressaltar que durante a maior parte dessa pesquisa o contexto histórico foi marcado pelo isolamento social como medida preventiva à contaminação pela Covid-19, o que segundo Santos e Santos (2021) impacta fortemente as relações pessoa-a-ambiente. Entretanto, principalmente com a gradual diminuição dos contágios e liberação de eventos, esses espaços voltaram a ser frequentados por mais pessoas. Isso deixa em aberto a hipótese de que o distanciamento social possa ter estimulado a necessidade de interação em ambientes públicos.

Participantes

As entrevistas foram realizadas com adolescentes e jovens que se encontravam nas praças, em algumas situações individualmente, ou em grupos que variavam de duas a cinco pessoas. A idade dos entrevistados ficou na faixa dos 12 aos 22 anos. Na praça da Biquinha foram entrevistados 23 jovens no próprio local, na Praça São Sebastião foram 6 participantes no local e outros 7 externos, enquanto no Largo das Forras só foi possível realizar entrevistas fora da praça, totalizando 5 entrevistados. A forma de contato com esses participantes externos se deu pela proximidade do pesquisador principal com adolescentes em outros locais, principalmente os participantes de corporações musicais (bandas de música civis) destas cidades.

Instrumentos

A coleta e análise dos dados foi realizada por meio do procedimento de Triangulação Metodológica (Cavalcante & Elali, 2011) ou Abordagem Multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente (Pinheiro & Günther, 2008). Ou seja, foram utilizadas mais de uma fonte de levantamento e coleta de informações e dados, que foram posteriormente analisadas em conjunto. Foram realizadas observações e entrevistas, anotadas por cada pesquisador em seu diário pessoal.

O uso do Diário Pessoal é importante para registro das observações e percepções dos pesquisadores. Na Psicologia Ambiental também é possível que os próprios participantes da pesquisa escrevam um diário, contribuindo continuamente com a coleta de dados e auxiliando na comparação dos dados coletados pelos pesquisadores, ajudando a diminuir os viéses próprios desses processos.

O levantamento das informações anteriores sobre os espaços pesquisados foi feito por meio da técnica de mapeamento comportamental centrado no lugar (Pinheiro & Günther, 2008), onde o espaço foi tomado como referência e registrado o que as pessoas faziam nele (Santos et al., no prelo). Além disso, foi feito um levantamento de estudos (Santos e Santos, 2022) e um aprofundamento teórico-epistemológico para embasamento da pesquisa (artigo ainda não submetido).

Desafios metodológicos e questões éticas

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), aprovado sob o CAAE: 53076121.9.0000.5151. Todos os participantes precisavam assinar um termo de consentimento e/ou assentimento e consentimento dos responsáveis, no caso dos menores, contendo todas as informações de esclarecimento sobre a pesquisa. Esta etapa, essencial para garantir os direitos éticos dos participantes, tornou-se, posteriormente, um dos principais obstáculos da pesquisa.

Por mais que os pesquisadores tenham tido êxito em coletar várias assinaturas, principalmente dos maiores de idade, a coleta de assinaturas dos responsáveis pelos participantes menores se tornou uma tarefa árdua. Como os mesmos adolescentes nem sempre estavam presentes nos horários frequentados pelos pesquisadores, optou-se por ter a devolutiva dos termos assinados via redes sociais, principalmente WhatsApp. Entretanto, muitos adolescentes apresentaram resistência em enviar os termos assinados, e devido à insistência dos pesquisadores optaram por não continuar a participação. Em outros casos, as respostas poderiam apontar para situações embaraçosas e envolver até mesmo questões legais, tornando difícil a coleta dos termos pelo risco de identificação dos participantes.

A dificuldade de entrevistar os participantes individualmente pode ter enviesado algumas respostas, uma vez que várias das entrevistas foram feitas em pequenos grupos. Tentou-se evitar entrevistá-los próximos a adultos para que tivessem maior liberdade para tratar de assuntos e interesses pessoais relativos às praças, já que em uma das entrevistas, na presença de responsáveis, houve intervenção da mãe de uma adolescente que respondeu algumas das perguntas. Também foi feita a proposta de produção de fotos dos espaços favoritos dos adolescentes nas praças frequentadas em seus próprios celulares, todavia,

apenas uma menina enviou uma foto e a descrição dela, conforme solicitado.

Por fim, outro obstáculo encontrado se refere ao clima. Dias e horários muito quentes pareceram espantar as pessoas das praças e a chuva forte em alguns dias impediu a locomoção e permanência dos pesquisadores até os locais pesquisados. Isso também revelou o potencial que a pesquisa teria se houvesse maior infraestrutura e financiamento para sua realização, o que permitiria, por exemplo, a remuneração ou apoio financeiro de mais pesquisadores para frequentarem mais dias e horários as praças selecionadas, condução e abrigo adequados para dias chuvosos, além do fator tempo (maior duração da pesquisa).

Período de pesquisa

A Inserção Ecológica dos pesquisadores se deu entre os meses de maio a dezembro de 2022, totalizando oito meses de investigação in loco. A frequência de ida variou conforme a disponibilidade dos pesquisadores, que estabeleceram como critério que o ideal era sempre haver mais de um observador e entrevistador nas praças selecionadas, garantindo maior suporte e fortalecendo as possibilidades de comparação das observações individuais. O dia mais recorrente para as visitas foi aos domingos na Praça da Biquinha entre 14h e 18h, ocorrendo visitas esporádicas em outros dias da semana, horários e nas demais praças.

Resultados e discussão

Para a análise das informações e dados coletados durante a Inserção Ecológica dos pesquisadores foram levantadas as seguintes questões: a) Com o avanço da tecnologia e das redes sociais, ainda existem adolescentes frequentando praças públicas?; b) O que os espaços pesquisados têm a oferecer aos adolescentes?; c) Como eles utilizam esses espaços?; d) Eles sentem que possuem “voz”? São ouvidos pelos adultos e autoridades? São ativos na conservação dos espaços ou promoção de atividades para eles e outros adolescentes?; e) Há diversidade nesses espaços?; f) Há abuso de álcool e outras drogas?; e g) O que os atraem são os espaços, as relações sociais estabelecidas nesses espaços ou os eventos culturais disponíveis?

Essas perguntas nortearam as discussões e reflexões dos pesquisadores, apontando para algumas possíveis respostas, mas também para o levantamento de

diversas questões de caráter interseccional que são impossíveis de dissociar dos pontos aqui levantados, mas que necessitam ser aprofundadas e melhor tratadas em análises posteriores ou com pesquisas com o foco específico sobre elas. Vale lembrar que as ideias apresentadas por Bronfenbrenner (1995), por exemplo, destacam a importância de pensar as questões sociais como uma forma, não só de pensar o desenvolvimento humano, mas também com o intuito de contribuir com questões políticas e a ação social.

Os jovens ainda frequentam as praças?

Em meio ao crescente desenvolvimento das mídias sociais e ferramentas tecnológicas de entretenimento que buscam simular as relações entre pares, muito se indaga sobre as praças e parques ainda serem locais atrativos para os adolescentes. Se fosse possível generalizar os dados observados na Praça da Biquinha, por exemplo, a todas as praças públicas, estariam corretos ao afirmar que esses ambientes, a despeito da ocorrência da pandemia de covid-19 e da massiva presença de tecnologias no cotidiano ordinário de um grande contingente de pessoas, são espaços nos quais há, sim, a presença de adolescentes. No entanto, é imprudente formular qualquer conclusão a respeito de uma possível relação entre o período pandêmico e a ocupação desses lugares, pois os dados de observação e as condições de pesquisa são escassos para tal empreitada. Isso vale quando nos referimos ao uso da tecnologia, candidata a substituir a convivência em locais públicos. Não é possível, em posse apenas dos instrumentos e das variáveis de que dispomos, apontar se, e de que maneira exatamente, celulares, tablets, videogames e outros aparelhos interferem no hábito de ir à praça. Entretanto, o levantamento dessas questões é relevante enquanto pode servir como indagações que orientem novas pesquisas interessadas em ampliar o conhecimento na área.

Contudo, ainda que as informações obtidas por meio das observações e entrevistas realizadas não sejam vastas em termos quantitativos, elas indicam alguns aspectos importantes a serem analisados. Um primeiro elemento consiste na quantidade de adolescentes encontrados nas praças durante o período de Inserção Ecológica. Se, para classificar o número de adolescentes vistos nesses espaços, toma-se como parâmetro a presença de grupos grandes compostos por adolescentes diversos quanto ao gênero e à motivação para ir ao local,

nota-se que a praça da Biquinha, apesar de ser habitada por jovens na adolescência, não parece constituir um lugar central (“point”) para a convivência social entre eles. Isso, pois, a despeito dos adolescentes majoritariamente do gênero masculino que afirmaram ir à praça com certa regularidade a fim de jogar futebol com os colegas na quadra do local, não se verificou uma presença massiva de adolescentes na praça. A esse respeito caberia perguntar: que outros lugares de lazer a cidade fornece a esses jovens e quais deles desempenham um papel central de encontro e lazer na vida desses sujeitos, ou se esses jovens e adolescentes estão mesmo em casa “no computador”. Em contrapartida, se considerado critério apenas a presença de grupos médios de meninos que possuem como motivação para ir à praça a prática de esportes, em especial o futebol, pode-se dizer que o lugar recebe uma quantidade considerável de adolescentes, ao menos nas tardes de domingo, período em que, com maior frequência, as observações foram feitas.

Para Bronfenbrenner e Morris (1998, 2006) e Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano ocorre por meio dos processos de interação recíproca em longos períodos. Essa necessidade da existência de processos proximais reforça a importância de interagir com os outros. Por mais que a tecnologia possa ter facilitado certos tipos de interações, como aquelas feitas a distância, existem fatores do contato humano que ainda parecem estar longe de serem efetivamente virtualizados.

O que esses espaços oferecem aos adolescentes?

Dentre os principais atrativos para os adolescentes estão os eventos culturais realizados nas três praças, principalmente os promovidos na Praça da Biquinha. Um grande exemplo são os encontros regulares promovidos na praça pela iniciativa “Conexão Hip Hop” do bairro Araçá, que abre espaço para a participação de todos os públicos em uma espécie de arena cultural onde é possível fazer rimas, recitar poemas autorais, dançar, andar de skate, dentre outras atividades, além da atração principal que é a batalha de rap. Além disso, esse é o local dentre os três investigados onde há mais diversidade de *affordances*, sendo os preferidos pelos adolescentes as duas quadras, uma poliesportiva e outra de voleibol e a pista de skate.

No caso da Praça São Sebastião, as quermesses promovidas pela Paróquia de Santa Cruz de Minas, shows musicais e eventos como o encontro de motoclubes são

atrativos para todos os públicos, além das sorveterias e comércios ao redor da praça. Mas não há tanta diversidade de *affordances*. Para os adolescentes músicos, há ensaios regulares da Corporação Musical São Sebastião, banda de música do município, no coreto central, bem como a realização de retretas e encontros de bandas que recebem adolescentes de outras instituições. Esse tipo de evento também acontece no Largo das Forras, porém é válido ressaltar que estes envolvem todos os públicos e atraem principalmente adultos como espectadores.

No Largo das Forras em Tiradentes, um dos principais atrativos era a rede gratuita de wi-fi na praça, porém nas últimas visitas ela não estava disponível. Há muitos eventos, sendo que os que mais atraem os jovens tiradentinos são a Mostra de Cinema e o Réveillon, todavia a maioria dos outros eventos é voltada principalmente para o turismo e para uma classe socioeconômica mais alta, assim como os bares e restaurantes no entorno da Praça que possuem preços elevados.

Nas respostas dos adolescentes sobre o que sentem falta nas praças, as respostas mais recorrentes se referem à infraestrutura física delas, principalmente em termos de conservação e falta de manutenção, a falta de água e de banheiros disponíveis. No caso das Praças da Biquinha e São Sebastião, há presença de banheiro e água, porém, no caso da primeira, apesar de haver, inclusive, bebedouros e vestiários, esses não ficam abertos o dia todo e nos finais de semana e feriados, enquanto na segunda ocasionalmente se encontra os banheiros abertos aos finais de semana, porém não há água potável para consumo. Também citam a falta de materiais esportivos como bolas e redes.

Retomando Moser (2018), ambientes indesejáveis ou inadequados são percebidos como entraves para que as pessoas atinjam seus objetivos. Essa percepção está muito relacionada à ideia de controle apresentada pelo autor, pois ao não se sentir capaz de atingir os objetivos propostos no uso das praças, por exemplo, reforça-se a sensação de falta de controle. O que pode justificar questões que serão discutidas mais a frente sobre a falta de conhecimento sobre as possibilidades de protagonizar ou organizar mudanças tanto nas relações entre os adolescentes e as praças, como propor modificações e possíveis melhorias nos espaços utilizados por eles.

Como eles utilizam esses espaços?

A resposta da maioria dos entrevistados condiz com a afirmação de Günther et al. (2006) de que os

adolescentes preferem estar em locais que não são frequentados pelos adultos. Dentre as respostas destacam-se as dos adolescentes que buscam a praça para estarem com os colegas e amigos, distantes da supervisão dos pais, o que lhes permite paquera, consumir bebidas alcoólicas e fumar, não sendo essas atividades comuns entre todos eles, mas que apontam para um sentimento de liberdade, que se estende para o estar em um espaço físico fora de casa. Entretanto, dois adolescentes afirmaram ir à praça obrigados ou levados pelos pais, em outros casos os adolescentes ficam responsáveis por cuidar e levar os irmãos mais novos, principalmente crianças, para brincarem nesses espaços.

Na Praça da Biquinha, o espaço mais concorrido entre os adolescentes é sem dúvida a quadra poliesportiva, onde foi possível observar adolescentes jogando futebol e basquete e, apesar da predominância dos meninos, havia também presença de meninas. Por mais que houvesse rotatividade de usuários deste local entre uma observação e outra, a presença de adolescentes era uma constante. Um fenômeno observado é a mudança que ocorria entre os grupos de adolescentes que frequentavam a quadra, havendo uma espécie de fila de espera, e gradualmente outros adolescentes iam entrando na quadra. Geralmente, os mais jovens chegavam mais cedo e ao decorrer da tarde os mais velhos iam chegando e sua presença parecia intimidar implicitamente os mais jovens que iam deixando a quadra ou migrando para a de voleibol. Uma das formas de intimidação estava na força com que chutavam a bola, por exemplo. Porém, a pacificidade foi predominante em todas as observações, não sendo registradas brigas ou confusões nem neste, como em nenhum outro espaço das praças observadas.

Entre as respostas mais comuns sobre o que fazer nas praças estavam: tomar sorvete, principalmente com os amigos, mas foi observado o consumo recorrente de cerveja entre os adolescentes, mais especificamente os de maior idade, algumas respostas reforçaram o uso do local para “resenhar” (conversar), observar o movimento, fumar maconha e paiol. Outra resposta recorrente foi a de que as meninas afirmaram ir até esses locais para observarem os meninos ou mesmo para paquera, havendo ainda as que iam para encontrar amigos e mesmo praticar esportes. Em algumas respostas mais específicas da Praça da Biquinha, alguns relataram ir somente para assistir

à batalha de rap promovida pelo Conexão Hip Hop e na Praça São Sebastião para participar dos ensaios da banda de música. No caso do Largo das Forras, uma adolescente afirmou que ela e seus colegas de escola iam para a praça após as 21 horas para namorar ou consumir bebidas alcoólicas sem a supervisão de pais, ou responsáveis.

Ainda na praça da Biquinha, houve um adolescente e uma jovem que afirmaram vir do outro extremo da cidade para, respectivamente, encontrar a namorada e a amiga. Apesar desses casos, as respostas demonstraram que a maioria dos entrevistados vinha de bairros mais próximos. Eles costumam também encontrar os amigos no caminho até a praça.

Há espaço para a promoção do protagonismo juvenil?

Santos e Santos (2022) destacaram que os adolescentes são tratados, na maioria das vezes, como crianças e consequentemente pouco ouvidos nos estudos de Psicologia Ambiental levantados por eles. As respostas dos adolescentes caminham nessa direção, uma vez que eles demonstraram não ter noção das possibilidades de ação que poderiam realizar em prol da melhoria ou manutenção das praças. Com exceção de um grupo de jovens de 17 a 22 anos de Santa Cruz de Minas, que possui contato direto com o prefeito da cidade e afirmam pedir constantemente por melhorias na Praça São Sebastião. Essa proximidade com o prefeito se deve à extensão territorial da cidade e à acessibilidade ao líder do executivo municipal.

Nas discussões e reflexões dos pesquisadores se levantou a questão de se haveria a necessidade real de melhoria nas praças e do engajamento desses jovens nesses processos. As respostas dos adolescentes variaram entre “não sei” ou “não há nada a melhorar” até a necessidade de reforma dos espaços e disponibilização de água potável, por exemplo. Uma adolescente de 15 anos disse não saber o que poderia fazer para contribuir para uma possível melhoria da Praça São Sebastião, mas ao ser indagada se acaso houvesse uma forma ou movimento jovem nesse sentido, ela demonstrou interesse em se voluntariar. Outras duas jovens de 19 e 21 anos na Praça da Biquinha demonstraram ter consciência de que os usuários da praça podem se responsabilizar em cuidar do ambiente e citaram o depredamento que alguns realizam intencionalmente em alguns espaços.

Sobre as possibilidades de promover mudanças, as duas jovens citadas no final do parágrafo anterior citaram a possibilidade de promoção de aulas de danças e jogos (algumas ocorrem em horários que elas não frequentam a praça), enquanto um adolescente de 15 anos ressalta que não poderia fazer muita coisa por não ser funcionário da prefeitura, mas que poderia falar ou fazer uma manifestação, seu amigo da mesma idade disse que não saberia como ajudar, mas se fosse para ajudar em algo, ele ajudaria. Também foi citada a possibilidade de realização de ações de arrecadamento de dinheiro, como as famosas “vaquinhas”. Foi possível levantar também a questão da possibilidade de engajamento pelos pares, ou seja, a possibilidade de os adolescentes serem motivados por outros, apontando para a importância de haver lideranças jovens e com visibilidade.

Moser (2018) destacou a importância dos espaços de interação social para a abertura às possibilidades de construção social, podendo elas serem espontâneas ou encorajadas. No caso dos adolescentes pesquisados, podemos notar que falta reconhecimento sobre seu potencial de protagonizar mudanças no ambiente tanto simbólico quanto físico desses espaços e na forma como as pessoas podem se relacionar com eles. Nesse sentido, há a necessidade de incentivar o engajamento deles, apresentando-lhes possibilidades de desenvolver essa autonomia para a ação. E, como apresentado pelo autor, esses espaços permitem o desenvolvimento dessas questões por meio da possibilidade de relações com a diversidade de pessoas que frequentam locais públicos.

Existe diversidade entre os adolescentes que frequentam esses espaços?

Entre os adolescentes que frequentavam as praças foi possível observar, apesar de uma maioria masculina, a presença de ambos os sexos, sendo mais comum ver meninas em uma posição mais passiva de observação, apesar de encontrarmos algumas praticando atividades em meio aos meninos. No caso do público LGBTQIAPN+ não foi possível observar uma forte presença, sendo possível ouvir piadas e insultos homofóbicos, mesmo que inconscientes em algumas falas de meninos brincando na praça da Biquinha e até mesmo em uma das batalhas de rap. Entretanto, seria necessária uma investigação mais aprofundada para compreender se esse espaço é receptivo ou hostil a essas pessoas, inclusive, é possível levar a discussão

sobre a possibilidade de uso dos banheiros desses locais por pessoas trans, por exemplo.

Quanto à cor da pele, foi possível observar uma certa diversidade, porém no caso das representações culturais e étnicas seria necessária uma análise mais ampla e com um público maior para entender quais as identidades culturais mais se apropriam desses espaços. Há de se destacar a presença de movimentos que usam esses espaços para democratizar o acesso a atividades associadas a negritude e apropriar-se das praças, como as atividades promovidas pelo Conexão Hip Hop e as aulas abertas de capoeira, bem como atividade chamada pelos organizadores de “Taco, peteca e pandeiro” – havia atividades como capoeira, “jogo de taco” e peteca –, que, devido à incompatibilidade de horários, só foi observada uma vez, destacando-se que ambas são voltadas para todos os públicos, independentemente da idade, cor, gênero ou classe social.

Quanto à diversidade socioeconômica dos usuários das praças, faltam dados suficientes para afirmar qual público foi mais predominante nesses espaços, uma vez que são lugares centrais das cidades observadas e com acessibilidade geográfica quanto às possibilidades de locomoção. Todavia, as discussões dos pesquisadores e dados anteriores ressaltam a possibilidade de as pessoas com maior poder aquisitivo frequentarem locais de lazer mais privativos, como sítios ou clubes, enquanto os mais pobres têm menos opções de lazer financeiramente acessíveis.

Em termos de acessibilidade para pessoas com deficiência, a arquitetura da maioria das praças precisa ser desenvolvida. A infraestrutura não permite a boa locomoção de pessoas cadeirantes, por exemplo, além de a presença de buracos e pisos elevados aumentar o risco de quedas de pessoas com baixa mobilidade, como idosos e crianças pequenas. A cidade de Tiradentes, por si só, sofre com a baixa acessibilidade nas ruas de pedra e nas limitações de reestruturação dos espaços para garantir a preservação histórica da cidade, necessitando de um maior investimento nessa questão. É válido ressaltar que nenhuma das três cidades investigadas se apresentam como exemplo arquitetônico de acessibilidade e sustentabilidade.

Gonçalves (2007) destaca que a apropriação dos espaços enquanto contexto, incluindo seus simbolismos, permite o desenvolvimento da identidade social. Estar em um espaço diverso permite aos adolescentes conviver com diferentes identidades culturais e lidar

com situações de convívio social que poderiam não ser possíveis em espaços formais ou na própria residência. Isso pode contribuir para o desenvolvimento identitário dos jovens, uma vez que a adolescência é tida como um momento de busca por esse constructo.

Há abuso de álcool e outras drogas?

Tanto no relato de adolescentes quanto nas observações foi possível observar o consumo de álcool, tabaco e maconha, porém nada que expressasse um consumo abusivo ou de risco. Apesar disso, algumas das respostas indicaram o incômodo de alguns adolescentes com a presença de usuários de substâncias, reproduzindo ideias proibicionistas como “deveriam proibir os noías (referência a usuários de entorpecentes e alucinógenos)”. Assim como nas respostas de três adolescentes entrevistados fora das praças que afirmaram não ir à praça devido à presença de pessoas fumando e que o cheiro de maconha os incomodava. Em outros casos, esse receio de contato com álcool e outras drogas nesses ambientes foi associado à resposta de adolescentes que disseram que os pais ou responsáveis não os permitiam ficar na praça sem supervisão, devido aos riscos em potencial à integridade dos filhos na concepção deles. Pesquisas realizadas por Groshong, Stanis, Kaczynski e Hipp (2018) e por Cohen et al. (2016) associaram essa percepção sobre o risco à segurança das crianças e adolescentes aos pais e cuidadores que, por conseguinte, transmitem seus receios aos menores.

As discussões dos pesquisadores do estudo aqui proposto destacaram a necessidade de conscientização das pessoas para uma abordagem mais voltada para as propostas de redução de danos, uma vez que as estratégias proibicionistas não parecem exercer bons resultados com esse público. Seria hipocrisia associar o consumo de álcool e outras drogas exclusivamente às praças, porém acredita-se que é necessário que os adolescentes sejam conscientizados sobre os riscos do consumo precoce e a longo prazo dessas substâncias, para que assim possam participar da decisão do consumo, uma vez que ele existe em diferentes espaços e camadas sociais. Essa questão por si só merece atenção e uma pesquisa mais aprofundada a respeito da relação desses espaços e do uso e abuso de álcool e outras drogas em uma possível relação entre as noções de território e referências da Psicologia Ambiental.

O que os atrai os adolescentes para as praças?

Reunindo as observações e entrevistas, foi possível notar que o ir à praça se configura numa dinâmica pessoal influenciada pela criação ou fortalecimento de interações sociais que podem resultar ou ser resultado também do vínculo e proximidade com os espaços apropriados pelos adolescentes. As respostas sobre o que leva esses jovens às praças variaram desde o interesse de participar ou assistir a um evento específico, observar o movimento, estar com os amigos ou simplesmente sair de casa.

Observou-se que mesmo em dias que não havia nenhum tipo de evento promovido nesses espaços, ainda assim havia presença de adolescentes. Ou seja, as respostas indicaram processos singulares de motivação e relação entre eles, o ambiente e seu contexto interacional. Apesar de haver a possibilidade de uma análise individual desses fatores, eles se apresentam de forma indissociável, justificando a necessidade de uma perspectiva multidisciplinar para uma análise que contemple esses múltiplos processos.

Considerações finais

Considerando o tempo disposto para a pesquisa, a necessidade de implementação de mais recursos para desenvolvê-la de forma mais ampla e o impacto da situação pandêmica que atrasou tanto a ida a campo quanto pode ter impactado a presença de adolescentes nas praças, foi possível ter uma riqueza de respostas que revelam o porquê daqueles jovens estarem ali, além de apresentar possibilidades de justificativas para outros não estarem. Essas respostas em específico denotam a simples vontade de sair um pouco de casa ou ver o movimento como motivação para ir até o lugar.

Esse fato pode ser um indicador de que a provável presença da tecnologia na rotina adolescente não constitui um impeditivo para buscarem outras formas de conexão e ócio. Aliás, aponta para a possibilidade de a tecnologia não ser um passatempo ou instrumento suficientemente apto a preencher as necessidades de socialização e lazer. A esse respeito, esses apontamentos não são suficientes para estabelecer qualquer tipo de relação entre o hábito de frequentar as praças e o uso de aparelhos eletrônicos, entretanto constituem questões relevantes a serem investigadas para uma compreensão mais

profunda do uso de espaços públicos por adolescentes. É válido também questionar a crença de que a tecnologia, quase que naturalmente, estará entre os adolescentes, dado que alguns dos entrevistados não possuíam sequer aparelho celular ou chip de telefonia móvel. Dessa forma, poder-se-ia levantar mais uma indagação que procuraria saber como se dá efetivamente a presença da tecnologia na vida desses jovens. A própria tecnologia permite, por exemplo, que os jovens marquem os “rolês” via ferramentas de comunicação digital como o WhatsApp, o que não exclui ainda a possibilidade de passar na casa dos amigos no percurso até a praça.

Sobre o acompanhamento dos adolescentes nos percursos de ida e saída das praças, esses geraram um excelente material de estudo, porém as questões éticas sobre a responsabilização dos pesquisadores (adultos) pelos menores, durante esse trajeto, tornaram inviável essa dinâmica. Uma vez que algumas das atividades dos adolescentes poderiam envolver, por exemplo, o consumo de álcool por menores, ou outras atitudes que legalmente necessitam da

intervenção de um adulto, o que não condiz com a proposta dessa pesquisa.

Por fim, é importante destacar novamente que há necessidade de desenvolver estudos mais aprofundados sobre as questões interseccionais que atravessam os contextos dos adolescentes que participaram da pesquisa. Contudo, foi possível demonstrar a presença deles nesses espaços, algumas de suas formas de ocupação e apropriação dele e as potencialidades desses espaços serem usados para a emergência do protagonismo juvenil. Sobre essa última questão, percebe-se que os adolescentes entrevistados não são ouvidos e nem participam ativamente da construção física desses espaços, mas são peças ativas na construção simbólica deles. Considera-se necessário refletir e atuar sobre a relação, apropriação e participação social de jovens e adolescentes em espaços públicos, inclusive em relação à confiança que depositamos neles. É importante que esses sejam chamados a participar na construção de políticas públicas e incluídos nos processos de planejamento e implementação dos ambientes construídos que serão por eles frequentados.

Referências

- Alves, H. C., Oliveira, N. P., & Chaves, A. D. (2016). “A gente quer mostrar nossa cara, mano”: hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(1), 39-52. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0637>
- Barbosa-Silva, L. H., Pereira, Á. I. S., & Ribeiro, F. A. A. (2021). Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. *Revista Prática Docente*, 6(1), e026-e026. <https://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e026.id1045>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv26071r6>
- Bronfenbrenner, U. (1995). The bioecological model from a life course perspective: Reflections of a participant observer. In P. Moen, G. H. Elder, Jr & K. Luscher (Eds.), *Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development* (pp. 599-618). American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Crouter, A. C. (1983). The evolution of environmental models in developmental research. In W. Kessen & P. H. Mussen (Eds.). *Handbook of child psychology: History, theory, and methods* (Vol. 1, 4th ed., pp. 357-414). Wiley.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Series Ed.) & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5th ed., pp. 993-1028). John Wiley.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (Vol. 1, 6th ed., pp. 793-828). John Wiley & Sons.
- Carvalho, C. (2019). *Largo das Forras em Tiradentes*. Pousada Villa Alferes. <https://www.villaalferes.com.br/largo-das-forras-em-tiradentes>

- Cavalcante, S., & Elali, G. A. (2011). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Vozes.
- Cohen, D. A., Han, B., Derose, K. P., Williamson, S., Marsh, T., Raaen, L., & McKenzie, T. L. (2016). The paradox of parks in low-income areas: Park use and perceived threats. *Environment and Behavior*, 48(1), 230-245. <https://doi.org/10.1177/0013916515614366>
- Corrêa, D. (2003). A cidadania e a construção dos espaços públicos. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), 37-54.
- Fleury, S. (2006). Democracia, ciudadanía y políticas sociales. *Salud Colectiva*, 2(2), 109-112.
- Gibson, J. J. (1977). The theory of affordances. In R. Shaw & J. Bransford (Eds.), *Perceiving, acting and knowing* (pp. 67-82). Lawrence Erlbaum.
- Gomes, P. C. C. (2020). Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. *Punto sur*, (3), 153-169. <https://doi.org/10.34096/ps.n3.9702>
- Gonçalves, T. M. (2007). *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Editora Unijuí.
- Groshong, L., Stanis, S. A. W., Kaczynski, A. T., & Hipp, J. A. (2018). Attitudes about perceived park safety among residents in low-income and high minority Kansas City, Missouri, neighborhoods. *Environment and Behavior*, 52(6), 639-665. <https://doi.org/10.1177/0013916518814>
- Günther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo, R. S. L. (Orgs.). (2006). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Alínea.
- Koller, S. H., Morais, N. A., & Paludo, S. S. (2016). *Inserção ecológica: Um método de estudo do desenvolvimento humano*. Casa do Psicólogo.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. <https://tinyurl.com/27uxhp7d>
- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. (2013, 5 de agosto). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Presidência da República. <https://tinyurl.com/2tz6zhb6>
- Moser, G. (2018). *Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente*. Alínea.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: reflexão e crítica*, 21(1), 160-169. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100020>
- Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200011>
- Pinheiro, J., Elali, G. A., & Fernandes, O. (2008). Observando a interação pessoa-ambiente: Vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In J. Pinheiro & H. Günther (Orgs.), *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente* (pp. 75-104). Casa do Psicólogo.
- Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (2008). *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. Casa do Psicólogo.
- Pol, E. (1996). La apropiación del espacio. In L. Íñiguez & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio Barcelona* (pp. 45-60). Universitat Barcelona Publicacions. <http://hdl.handle.net/2445/112095>
- Santos, G. J., & Santos, L. M. M. (2022). Modelo Bioecológico e Psicologia Ambiental: revisão sistemática sobre adolescência e espaços urbanos. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 16(2), 1-21. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.32369>
- Santos, G. J., & Santos, L. M. M. (2021). Reflexões sobre a relação pessoa-ambiente e os espaços públicos em tempos de Pandemia de COVID-19. In M. C. Zago (Org.), *Saúde mental no século XXI: indivíduo e coletivo pandêmico* (pp. 244-258). Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/210203390>
- Santos, G. J., Lanna, M. C., & Santos, L. M. M. (no prelo). *Vestígios ambientais e mapeamento comportamental: estudo exploratório em praças do interior mineiro*.
- Souza, R. M. D. (2009). Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 1-28.

Gleidson Jordan dos Santos

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei – MG. Brasil. Professor Adjunto no Departamento de Música, Educação e Humanas da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), Vitória – ES. Brasil.

E-mail: gleidson@ufs.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6916-5215>

Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF. Brasil. Docente do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PED), da Pós-Graduação em Desenvolvimento e Ensino (PGPDE) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB), Brasília – DF, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), São João del-Rei – MG. Brasil.

E-mail: larissa.santos@unb.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4906-4163>

Laura Santana Marques

Aluna de Graduação do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei – MG. Brasil.

E-mail: laurasm70@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-5035-3299>

Pedro Luiz Rocha Rodrigues

Aluno de Graduação do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei – MG. Brasil.

E-mail: pedroluizrocharodrigues@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1480-5075>

Endereço para envio de correspondência:

Gleidson Jordan dos Santos. R. Marcos de Paula, 19, César de Pina. CEP 36325-000. Tiradentes– MG. Brasil.

Recebido 05/07/2023

Aceito 24/04/2024

Received 07/05/2023

Approved 04/24/2024

Recibido 05/07/2023

Aceptado 24/04/2024

Como citar: Santos, G. J., Santos, L. M. M., Marques, L. S., & Rodrigues, P. L. R. (2025). Investigando o uso e a apropriação de praças do interior mineiro por adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, 1-17.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003276314>

How to cite: Santos, G. J., Santos, L. M. M., Marques, L. S., & Rodrigues, P. L. R. (2025). Investigating the use and appropriation of squares in the interior of Minas Gerais by teenagers. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, 1-17.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003276314>

Cómo citar: Santos, G. J., Santos, L. M. M., Marques, L. S., & Rodrigues, P. L. R. (2025). Investigando el uso y apropiación de plazas en el interior de Minas Gerais por parte de adolescentes. *Psicología: Ciencia e Profissão*, 45, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003276314>